

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA CLAUDIA MACHADO DE BRITO

**O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA LIGADOS.COM DO 5º ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE A
POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS.**

CURITIBA

2016

LUCIANA CLAUDIA MACHADO DE BRITO

**O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA LIGADOS.COM DO 5º ANO DO
ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE A
POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS.**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº Dr.Reinaldo Kovalski de Araújo

CURITIBA

2016

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA LIGADOS.COM DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE A POBREZA E AS DESIGUALDADES SOCIAIS.

Luciana Claudia Machado de Brito

RESUMO

Essa pesquisa analisa discursos contidos no livro didático de História Ligados.com, livro de História do 5ºano do ensino fundamental e busca identificar efeitos de sentidos sobre educação, pobreza e desigualdade social, contidos no *corpus* de pesquisa. Para a análise da materialidade trabalharemos com Análise do Discurso de linha francesa, tendo Eni Orlandi como principal referencial teórico. O Livro analisado faz parte do Programa Nacional do Livro Didático/2016, e é utilizado com os alunos que estão no 5ºano do ensino fundamental no município de Cascavel. Constatou-se com essa pesquisa que o livro analisado, por vezes, não consegue fazer uma discussão mais aprofundada sobre as questões que envolvem pobreza e desigualdade social, muitas vezes apresentando um discurso imagético e não dialogando sobre o processo de construção histórico e social desta figura apresentada, contribuindo muitas vezes para a fixação de estereótipos como a do negro, do pobre e do indígena. No que se refere a questão indígena, por exemplo, o livro não aprofunda a luta pelo direito dos povos indígenas, porém destaca-se, de certa forma, no discurso de uma identidade indígena. Na imagem com os escravos negros, são os que apresentam o maior percentual de discursos verbo-visuais negativos, no livro didático, a imagem do negro ainda é retratada como escravo, sujeito objetificado, conferindo a esse o lugar das camadas mais pobres da sociedade. De destaque também a carência em discursar mais abertamente sobre pobreza e desigualdade social no livro didático. Entendemos que mesmo que o livro tenha como seus principais interlocutores crianças dos primeiros anos do ensino fundamental, é necessária uma responsabilidade autoral de conteúdos e temas, em especial no trato da imagem e nos discursos verbo-visuais, pois são as linguagens que mais se comunicam com a criança.

Palavras Chaves: Livro Didático. Análise do discurso. Pobreza e Desigualdade.

1 INTRODUÇÃO

Os conteúdos de História do ensino fundamental-anos iniciais na rede pública do Município de Cascavel no Paraná, são trabalhados por professores formados em Pedagogia, esses professores trabalham todos os conteúdos das mais diversas disciplinas, entre elas, História. O livro escolhido para ser analisado é do 5º ano, o nome do livro é Ligados.com História. Escolhi fazer a análise desse livro porque percebi que as questões sobre a pobreza e a desigualdade social trazem inquietações aos alunos, muitos exemplos que o livro retrata são experiências do cotidiano das crianças e essas crianças ainda não tem uma compreensão de pobreza e de desigualdade social, as crianças questionam os “por quês” de algumas pessoas ter muito dinheiro enquanto outros nem conseguem alimentar-se todos os dias. Em relação a muitos conteúdos, o livro não consegue fazer um paralelo sobre a história mais antiga e os problemas sociais existentes hoje. O professor precisa ser um mediador para explicar essas questões para as crianças menores. Os conteúdos trabalhados na especialização em Educação, pobreza e desigualdade social foram fundamentais para minha formação acadêmica, consegui compreender melhor as questões sobre educação e pobreza e como trabalhar isso com os alunos.

O município de Cascavel tem o seu próprio Currículo, o método adotado no currículo privilegia o conhecimento da totalidade de relações nas quais o homem se envolve e se coloca como aquele que é capaz de perceber que a construção de uma nova sociedade passa pelo conjunto de ações de todos os indivíduos, que lutam por objetivos comuns e valoriza o saber historicamente reproduzido e acumulado.

A maioria dos livros enviados pelo PNLD (programa nacional do livro didático) não estão em consonância com o Currículo adotado no município de Cascavel. Os professores do município reúnem-se e escolhem o livro que mais se aproxima do currículo do município. Sou pedagoga e trabalho na rede pública de ensino do município de Cascavel, a disciplina de História é trabalhada desde a pré-escola até o 5ºano, o livro didático é um importante recurso para o nosso trabalho.

Esse artigo objetiva investigar como o livro discursa com algumas minorias como por exemplo, os indígenas, e como as questões da pobreza dessas minorias são abordadas no livro didático.

O livro também trabalha a escravidão dos negros africanos. Nesse trabalho procuro, a partir dos recortes discursivos, analisar como os negros são retratados hoje a partir do discurso dado por essa materialidade de análise, como as comunidades quilombolas são discursadas nesse livro, essa é uma das questões chaves que norteia esse trabalho? Segundo o livro didático analisado, discursa-se que a sociedade colonial Brasileira era dividida entre escravos, homens livres e senhores de terra. Os escravos, indígenas ou africanos, eram considerados instrumentos de trabalho e mercadorias que podiam ser vendidos ou trocados. Já os homens livres como artesãos e pequenos comerciantes, eram mestiços e de baixa renda. Apenas os brancos e donos de terra ou grandes comerciantes podiam ser eleitos para as câmaras municipais, ter cargos ou títulos na administração colonial ou pertencer às principais irmandades religiosas. Eles eram chamados de “homens bons” e formavam a elite da sociedade colonial. Se os brancos eram chamados de homens bons, os negros e os índios eram considerados homens malvados? Qual é a análise que o livro faz sobre essa questão?

Espera-se que os alunos concluam que, independente de origem, gênero (sexo), etnia, religião ou situação social (pobreza) todos devem ser tratados com igualdade, o livro deve proporcionar aos alunos que não podem existir situações de discriminação, preconceito e racismo e que infelizmente estão presentes na sociedade brasileira, e o que é mais triste, nas escolas.

Segundo o Censo Escolar de 2013, 17 milhões de crianças e adolescentes participam do Programa Bolsa Família, como o livro didático aborda a pobreza de hoje? Segundo os estudos já realizados, a postura mais comum é ver a pobreza como carência e, conseqüentemente, os pobres como carentes. Busco a partir da análise observar como o livro didático trabalha essas visões, quais relações traça entre moralismo, pobreza, mediando até que ponto simplifica ou fomenta a discussão. Busco também nas análises trazer os discursos sobre a mídia explícita no livro didático e como esta materialidade relacionado essa esfera discursiva com as questões aqui abordadas: pobreza e desigualdade social.

Todos temos direito à uma vida digna, sabemos que no passado nem sempre foi assim e nem sempre é assim no mundo em que vivemos. Um dos objetivos deste artigo é entender o papel do livro didático e qual é a abordagem que ele faz sobre os direitos humanos no enfrentamento e na superação da pobreza. A escola deve ser um local onde os indivíduos possam adquirir consciência de si como sujeitos de

direitos, deve promover ações de enfrentamento da violação dos direitos humanos. Quando o livro didático aborda essas questões, os profissionais da educação devem aproveitar e trabalhar com seus alunos as questões da atualidade. Quais são os direitos humanos que mais são violados hoje?

Articular currículo e pobreza não é uma tarefa simples, como o livro didático é um subsídio oferecido pelo governo, nem sempre contempla todos os conteúdos necessário para a formação de um cidadão preocupado em construir uma sociedade mais justa, onde todos possam viver com mais dignidade. O currículo nunca é neutro, dependendo de como trabalhamos um conteúdo no livro didático, podemos reproduzir as desigualdades e injustiças sociais ou contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Quando nos propomos a articular currículo e pobreza, devemos pensar nos milhões de crianças submetidos à pobreza e que estão inseridos na escola. Essas crianças trazem vivências e sofrimentos da pobreza, tentar tratar nos livros didáticos essas vivências não é uma tarefa fácil, esse é um dos motivos que esse assunto não é tratado nas escolas e nem na formação dos professores, sendo assim, muitas crianças e adolescentes saem da escola sem nunca terem ouvido falar da pobreza, por que são condenadas a essa situação, ou muitas vezes submetidos a discursos rasos meritocráticos que simplificam os motivos das desigualdades culpabilizando o sujeito e desconsiderando toda estrutura que produz as desigualdades.

O estudo da História no ensino fundamental –anos iniciais é muito importante, o livro didático deve contribuir para que as crianças e os adolescentes compreendam a sua situação para lutarem, junto com suas famílias, por melhores condições de vida. Os profissionais da educação também devem estar comprometidos em desenvolver iniciativas voltadas o combate à pobreza e à desigualdade social.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1 Análise do Discurso

O Livro didático Ligados.com, será nesse trabalho analisado tendo como metodologia a análise do discurso de linha francesa, ancorada nos estudos de Eni Orlandi e nos pressupostos da AD.

Segundo a autora Eni Orlandi (ORLANDI,1990), a análise de Discurso não trata da língua e nem da gramática, ela trata do discurso. A palavra discurso remete a ideia de curso e percurso, ou seja, o discurso é a palavra em movimento, é observar o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua e qual o sentido dela.

Quando realizamos essa análise, passamos a conhecer melhor o motivo que faz do homem um ser especial, com capacidade de significar e significar-se. A análise de discurso não faz um estudo com a língua enquanto um sistema abstrato, seu trabalho é realizado com a língua no mundo, com pessoas falando, levando em consideração a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, como sujeitos ou como membros de uma determinada forma de sociedade.

Enquanto a análise de conteúdos procura extrair sentidos dos textos e responder o que o texto quer dizer, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente, a análise de discurso não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado (ORLANDI, 1990).

A noção de discurso distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe sem elementos, definindo o que é mensagem. Segundo esse esquema o emissor transmite uma informação ao receptor, onde a mensagem é formulada em um código referindo a algum elemento da realidade referente.

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de uma transmissão de informação e sim um processo de significação e produção de sentidos. São processos de identificação do sujeito, de argumentação e construção da realidade. A linguagem serve para comunicar e muitas vezes, para não comunicar, então, o discurso é efeito de sentidos entre locutores. A Análise do discurso não estaciona na interpretação, ela trabalha seus limites e seus mecanismos como parte dos processos de significação.

A Análise de Discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Entendemos que compreender é saber como um enunciado, texto, pintura ou uma música produz sentidos.

Na Análise de Discurso, o analista é o responsável pela formulação da questão que desencadeia a análise. O analista deve analisar o seu material, de acordo com a questão que formula e compreender conceitos que outro analista não percebeu. Uma análise é diferente da outra porque mobiliza conceitos diferentes e

isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Como a pergunta é de responsabilidade do pesquisador, essa mesma responsabilidade irá organizar sua relação com o discurso, isso irá levar o pesquisador a construir seu próprio dispositivo analítico, escolhendo seus conceitos e procedimentos para ter a resolução de sua questão. Portanto, a prática de leitura do analista e o seu trabalho com a interpretação, tem a forma de seu dispositivo analítico.

Segundo o filósofo Francês Michel Pêcheux, não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia. A linguagem não é um mero instrumento de comunicação. Alguns linguistas trabalham a linguística do significante, pensando a língua fechada nela mesma. Para a autora Eni Orlandi, a língua tem certa autonomia, não é fechada, há uma abertura do simbólico. O objetivo da Análise de discurso é perceber como essa língua é praticada, produzindo sentidos, dentro da sociedade e da história, para que a língua tenha um significado, ela tem que se inscrever na história. Compreender um discurso é conseguir explicitar a maneira como ele está produzindo sentido. Para que o analista consiga chegar a essa compreensão, ele não pode ficar só no inteligível, e nem mesmo no interpretável, ele precisa entender como a interpretação está funcionando nos diferentes sujeitos.

A autora quer nos mostrar que a relação do sujeito com a linguagem nunca é inocente. Quando falamos, tomamos partido e nos identificamos. Um dos primeiros pontos a considerar é a constituição do corpus. A delimitação do corpus não segue critérios empíricos e sim teóricos. A análise de discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, entre outros. Assim, a construção do corpus e a análise, estão ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas. Fazer uma análise de Discurso é trabalhar com uma linguística completamente implicada no social e não mais uma linguística tradicional.

Procuro nessa pesquisa compreender o livro didático como discurso, recortado a seu momento histórico e produzido por sujeitos, a quais carregam em si mensagens ideologias, pois “os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas” (CHOPPIN Apud BITTENCOURT, 2006: 69).

Partimos da ideia de que o discurso é “determinado por coerções ideológicas, a consciência” é “construída a partir dos discursos assimilados por cada membro de

um grupo social e [...] o homem limitado por relações sociais” (FIORIN, 1993: 36), nesse sentido o autor produtor do livro didático historiador, imprime nas páginas sua concepção de mundo e sua relação com este. Quando se discursa em um livro didático conceitos como pobreza e desigualdade social o autor está expondo ali toda sua ideologia, entendendo essa como:

Todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, ideias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. As visões sociais de mundo poderiam ser de dois tipos: visões ideológicas, quando servissem para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; visões sociais utópicas, quando tivessem uma visão crítica, negativa, subversiva, quando apontassem para uma realidade ainda não existente (LÖWY, 1996: 13- 14).

Podemos compreender os textos sobre pobreza e desigualdade contidas no livro didático como um conjunto de discursos usados pelos seus falantes autores para representar seus pensamentos, falar ao mundo exterior seu ponto de vista em relação a determinado assunto. Não existe ideias fora da linguagem, levando em consideração sua amplificação verbal e verbo-visual de mundo, ou seja, cada formação ideológica corresponde a uma formação discursiva, e se inscreve em um conjunto de materialidades que configura uma visão do mundo.

Nesse sentido o livro didático se insere em uma visão social do mundo

Estamos entendendo como livro didático “um material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”. Deve-se levar em conta a complexidade desse objeto, porque o livro didático não é “apenas” um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo, para ser lido, da primeira à última página. O livro didático precisa ser entendido como parte da história cultural da nossa civilização e como objeto que deve ser usado numa situação de ensino e aprendizagem e, nessa relação, há vários sujeitos: o(s) autor(es), editor, trabalhadores, e, sobretudo, professores e alunos. (OLIVEIRA, 1989: 40)

3 ANÁLISE DE DADOS

As análises aqui apresentadas fazem parte de um estudo amplo que se inicia no decorrer do curso de pós-graduação em Educação Pobreza e desigualdade social, e visa lançar um olhar amplo para as representações da das desigualdades discursadas no livro didático. Basicamente esse estudo parte da

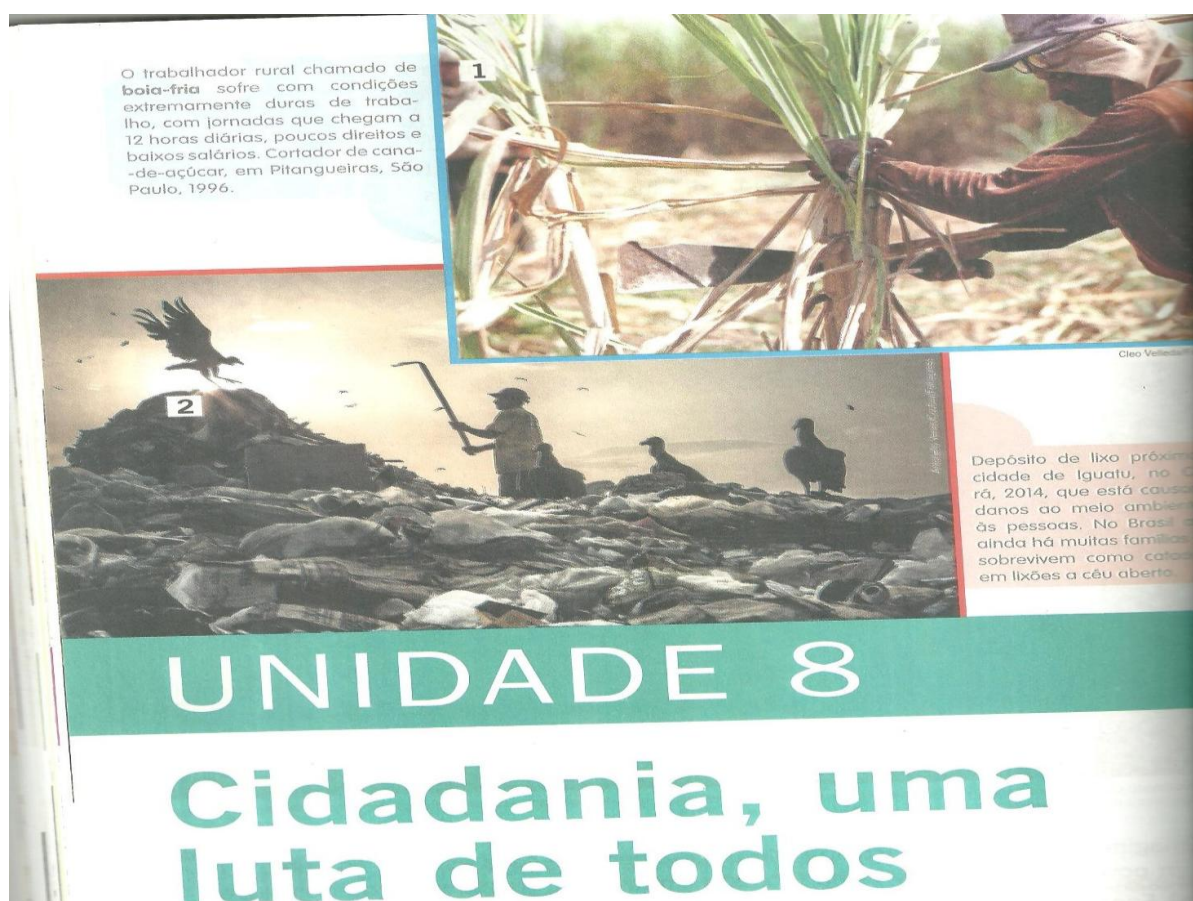
problematização de como a instituição escolar inserida numa sociedade dividida e desigual, mas que articula o discurso de igualdade e vem lidando com essa problemática e colocando-a em discurso em especial nos livros didáticos.

Para esse estudo separamos três imagens que dialogam com o livro, que representam questões sobre pobreza e desigualdade social, a primeira imagem chamarei de: Cidadania uma luta para todos: Discuto nesse capítulo questões que aparecem no livro didático relacionados as questões da pobreza propriamente dita, as relações geográficas, e os discursos que permeiam a meritocracia e o desenvolvimento da criança.

Na segunda imagem, discuto as relações estabelecidas pelo livro com relação as lutas indígenas, ficando no discurso que o livro estabelece sobre o que é ser indígena, e como essa imagem é discursada para os estudantes.

Na terceira e última imagem discuto as questões que permeiam a escravidão e como esse discurso se intercala, dialoga com a identidade negra contemporânea.

3.1 Cidadania, uma luta para todos



Na imagem, o autor retrata como a pobreza e a desigualdade social obrigam o ser humano a viver de forma desumana, procurando algo para sobreviver. A figura do homem revirando o lixão representa o duro cotidiano de milhões de brasileiros e brasileiras.

Olhando para a figura, o professor deverá questionar seus alunos e pontuar que a pobreza pode levar à falta de instrução, quando as crianças são obrigadas a abandonar a escola, fica mais difícil sair dessa condição. As pessoas pobres passam a viver à margem da sociedade.

A imagem nos leva a questionar, mesmo que oralmente, algumas considerações mais teóricas sobre a relação entre dinheiro, processos de autonomia e de capacitação moral. Nem sempre o livro didático consegue fazer uma análise mais aprofundada sobre a imagem apresentada, só apresenta a figura e alguns dados e não dialoga com a imagem. O papel do docente é desconstruir alguns dos preconceitos mais comuns sobre os pobres e suas vidas. Para que isso aconteça, deverá questionar seus alunos e perceber qual a concepção que eles têm sobre a pobreza, realizando algumas perguntas como por exemplo: Por que o homem está catando lixo? Qual será a sua história de vida? Será que quando criança, teve condições de frequentar uma escola?

E na outra imagem, será que o cortador de cana-de-açúcar ganha o suficiente para garantir o sustento de sua família?

Olhando para essas duas imagens os alunos e os professores devem perceber que uma sociedade que não garante que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de acesso ao bem-estar, à cultura e à educação em sentido amplo, algo de muito errado está acontecendo com essa sociedade, não podemos aceitar o hábito de conviver com tanta injustiça e sermos insensíveis à dor do outro. Os direitos sociais desses trabalhadores não estão sendo garantidos.

Através dessa imagem, também podemos entender a pobreza e repensar nossas práticas educacionais. Olhar para a imagem dessa forma, é também admitir que a pobreza e as desigualdades sociais existem e que muitos alunos que frequentam a escola pública são pobres (ARROYO, 2012). É levar os alunos a pensarem o porquê poucas pessoas possuem a maior parte dos bens, enquanto outros precisam catar lixo ou trabalharem em condições desumanas para conseguir sobreviver.

Quando percebemos que as crianças menores já apresentam uma visão moralista sobre a pobreza, devemos tentar desconstruir isso. A pobreza não é uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos. Olhar para essas duas imagens e não dar devida centralidade à pobreza é ver os pobres como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, onde os pobres acabam sendo responsabilizados por sua própria condição (BUTLER, 2007).

Com base nessas figuras, também podemos desconstruir “mentalidades primitivas em relação ao trabalho”. Em nossa cultura social, muitos acreditam que os pobres são responsáveis por sua pobreza e desemprego. Olhando para a imagem do cortador de cana-de-açúcar, devemos perceber que as pessoas vivem nessa condição, não porque seriam desqualificados para o trabalho e para a exigência do mercado, estão nessa condição porque a sociedade é excludente e não tem emprego para todos.

A pobreza não pode ser vista pelo viés educacional, ficando mascarada toda a sua complexidade como questão social, política e econômica.

Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os livros didáticos para os pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los, não para garantir o direito deles ao conhecimento, às ciências e as tecnologias (ARROYO, 2013).

Não podemos aceitar livros pobres de conhecimento e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho dedicação e disciplina. A função dos educadores é ensinar para que o processo de ensino ocorra com qualidade para todos.

Uma ilusão atualmente difundida pela ideologia da classe dominante é a de que o conhecimento está universalizado.

A escola tem um papel político essencial, que é o de lutar pela socialização do conhecimento científico, lutar para que ele não esteja ao alcance somente da classe dominante, mas sim que a educação possa possibilitar o enriquecimento intelectual por parte do indivíduo.

A finalidade da escola é, portanto, garantir que os conhecimentos ultrapassem o pragmatismo da vida cotidiana e aproximar os indivíduos da produção cultural mais elevada já produzida pela humanidade (CASCAVEL, PR 2008).

3.2 Gente que faz.

Gente que faz!

Direito indígena: a luta pelas terras

O Brasil é um país multicultural, pois nele há diferentes culturas que se relacionam. Essa convivência beneficia a todos quando resulta em trocas de saberes e respeito às diferenças no jeito de ser, pensar e de agir de cada povo.

Os povos indígenas do Brasil conquistaram o direito de manter e defender o seu modo de vida, suas crenças, tradições e costumes. É o que garante a Constituição de 1988, a lei maior do nosso país.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: abril de 2014.

A lei garante aos povos indígenas liberdade para lutar por seus direitos, aprender sua língua na escola e manter a posse da terra, na qual tradicionalmente vivem.



Professor e alunos na escola da aldeia Kulikuro, em Gaúcha do Norte, Mato Grosso, 2012.



Indígenas em frente ao Congresso Nacional, Brasília, protestando sobre a demarcação de reservas indígenas, 2013. Os conflitos e protestos pela posse das reservas ainda estão presentes no cotidiano do Brasil atual.

22

Olhando para a imagem dos povos indígenas, é necessário reconhecer que a educação vai além da escola; ela é mais ampla e abrangente. A educação pode acontecer em vários lugares.

Acreditar que educação seja sinônimo só de escola é desconsiderar processos formativos presentes nas práticas sociais de diferentes coletivos, entre eles, os indígenas.

Brandão, em seu livro *O que é a educação*, revela que:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. (BRANDÃO, 1985.p.7)

Os Indígenas são um grupo socialmente considerado como “minoria”. A escola pública, que deveria ser igual para todos, acaba reproduzindo e reforçando as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade. Esse modelo de “escola pública igual para todos” não agrada os povos indígenas, pois sentem-se discriminados, não se encaixam no perfil de cidadão construído historicamente pela modernidade.

A constituição de 1988, em seu artigo 231 garante: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Nas imagens presentes no livro didático, podemos perceber que os povos indígenas precisam lutar para conseguirem esse direito. Devemos questionar nossos alunos, perguntado por que a lei não é cumprida? O aluno deverá compreender, que mesmo estando garantido em leis, os direitos das minorias e dos pobres, na maioria das vezes não é cumprido. E nas escolas indígenas, será que o governo garante uma infraestrutura para que os índios consigam preservar suas línguas, crenças ou tradições?

Um ponto positivo nas imagens sobre o índio no livro didático é a de um povo indígena real, lutando por seus direitos, não é mais uma imagem de um índio que está totalmente isolado, no meio da floresta. As crianças precisam entender que o índio tem uma cultura diferente e que precisa ser respeitado. O livro poderia aprofundar mais as discussões sobre os povos indígenas e sua luta pela terra, quem está tentando invadir as suas terras? Será que são pessoas pobres não indígenas ou os grandes fazendeiros que querem aumentar ainda mais as desigualdades sociais, deixando os povos indígenas sem condições de viverem com dignidade.

Lutar para serem reconhecidos como cidadãos, portadores de direitos iguais, significou, para esses coletivos, lutar também pelo reconhecimento e valorização de sua identidade, o que revelou a dimensão conflitiva da vida política (MOUFFE, 1999). Uma vez que os movimentos sociais criam um conflito dentro deste espaço, forçam a mudança em busca de acolhimento. Nessa perspectiva, talvez uma das maiores contribuições dos movimentos sociais latino-americanos à política social democrática e igualitária seja o desafio de se construir – tal qual afirmam movimentos sociais como o indígena, o quilombola, o MST etc. – um mundo

que seja único e diverso, um mundo onde caibam muitos mundos. Como afirmam Paoli e Telles,

Ao se fazerem reconhecer como sujeitos capazes de interlocução pública, a presença desses atores coletivos na cena política teve o efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os fixavam em lugares subalternizados por entre uma trama densa de discriminações e exclusões, ao impor critérios igualitários de reconhecimento e princípios democráticos de legitimidade. (PAOLI; TELLES, 2000, p. 106)

O movimento indígena brasileiro, luta por uma escola diferenciada e visa ter seus direitos garantidos como: terra, saúde, educação etc. Para os povos indígenas, não há uma separação entre educar e viver, para eles, a educação é sinônimo de terra. Com muita luta, em 2012, foram publicadas pelo Ministério da Educação as novas Diretrizes curriculares nacionais para a educação es colar indígena. Esse documento de extrema importância afirma como um dos princípios da educação escolar indígena o “espaço de construção de relações interétnicas, orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos”. (BRASIL,2013, p.45)

Como bem explicam os (as) professores (as) pataxó, a escola indígena é construída com base em um permanente diálogo com a comunidade, levando em conta as necessidades existentes:

A nossa escola é o lugar onde a comunidade busca dialogar com os temas que são relacionados à sua vida dentro e fora da aldeia. Ela serve como base de instrução e orientação para ajudar a pensar o que é importante e fundamental para a vida da comunidade. Então, a escola tem o papel de circular dentro da aldeia. A escola é um bem social, cultural e que deve estar atenta para não perder de vista os interesses coletivos que garantem e fortalecem a boa convivência, o espírito associativo e cooperativo entre todos da aldeia. Dessa forma, a escola e a comunidade pensam juntos o seu plano de vida [...]. (PATAXÓ et al., 2009, p. 17).

Como percebemos, a educação indígena deve estar conectada com a comunidade. Para ser um bom professor indígena deve-se conhecer a cultura tradicional. A experiência de vida com a terra é uma grande educação escolar, os índios respeitam muito a terra, enquanto educadores devemos aproveitar essas imagens para trabalhar as questões indígenas.

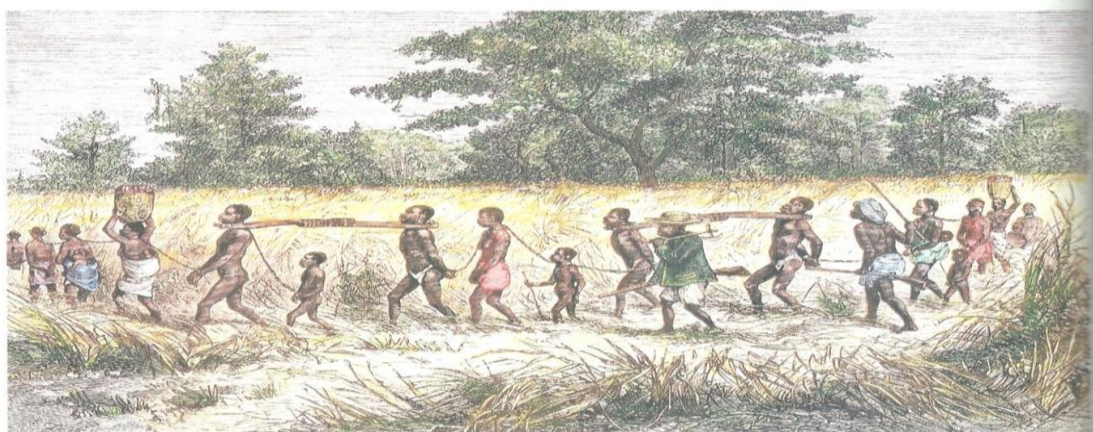
3.3 O fim do tráfico de escravos

O fim do tráfico de escravos

Durante mais de três séculos, a vinda de escravos da África sustentou a economia brasileira. Os negros escravizados faziam a maior parte do trabalho pesado nas fazendas, nas moradias e nas cidades. Além disso, o tráfico negreiro era uma grande fonte de lucros para negociantes portugueses e brasileiros.

Aumentava cada vez mais a indignação de parte da sociedade, fora e dentro do Brasil, contra as condições desumanas desse comércio de pessoas. O governo inglês fazia pressão para que o governo brasileiro aprovasse uma lei proibindo o tráfico de escravos entre a África e o Brasil. As autoridades brasileiras, no entanto, continuaram tolerando as embarcações que chegavam carregadas de escravos. Descontente com essa atitude, o governo inglês passou a aprisionar navios negreiros no mar, impedindo que chegassem ao Brasil.

Diante do impasse entre brasileiros e ingleses, o governo do Brasil aprovou a **Lei Eusébio de Queiros**, em 1850, que pôs fim ao tráfico intercontinental de negros escravizados. Contudo, as fazendas de café continuavam dependentes da mão de obra escrava, e o tráfico interno de escravos, que vinham principalmente das províncias do Nordeste para trabalhar nas plantações de café do Sudeste, continuou existindo.



A instituição escolar está inserida em uma sociedade dividida e desigual, a escola deve condenar qualquer tratamento desigual e discriminatório. Como o livro didático está lidando com as diferenças étnicas?

Analisando a imagem dos negros sendo escravizados, percebemos que as imagens associadas ao negro são grotescas e estereotipadas, é uma imagem “forte”, onde os negros são mostrados em uma condição desumana, de muito sofrimento.

Segundo PINTO (1981) os negros, em comparação com os demais, são os que apresentam o maior percentual de personagens negativos em livros didáticos. Quando se analisam as características demográficas e sociais e a atividade profissional e escolar, as diferenças são grandes. Os personagens brancos são

bastante diversificados, assumem diferentes nacionalidades, atuam em todos os contextos, praticam diversas religiões e exercem atividades profissionais bastante variadas, concentrando-se, porém, nas profissões de maior prestígio e poder. Já os personagens negros, são revestidos de atributos que reforçam imagens negativas e estigmatizantes.

A etnia negra, em comparação com as demais, é mais frequentemente caracterizada como pobre. Outra questão que deveria ser mais trabalhada é o preconceito, a imagem não é usada para isso, só é mostrada como um fato histórico.

E os negros de hoje? Ainda são discriminados? Todas essas perguntas devem ser usadas para que os alunos possam refletir sobre o assunto. Enquanto educadores devemos ficar atentos para a presença de distorções e omissões no livro didático. É importante fazer uma análise profunda para perceber se as imagens presentes nos livros didáticos não são discriminatórias.

Assim como os povos indígenas, os negros, ao longo da história do Brasil, foram explorados, segregados, impedidos de falar a sua língua e até mesmo professar a sua religião.

A imagem verbo-visual dos negros nos mostra que eles foram tratados como escravos até o final do século XIX, mesmo depois da abolição da escravatura, os negros continuaram sendo marginalizados, sem direito à terra, educação e saúde.

O movimento negro vem lutando para garantir direitos que nunca tiveram. Conseguiram o reconhecimento do direito das comunidades quilombolas e a promulgação da Lei 10.639/03, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira na Educação Básica, e a inclusão da modalidade de Educação Quilombola, instituída pela Resolução CNE Nº 4/ 2010 e regulamentada pelo Parecer CNE/CEN nº 16/2012.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma análise das três imagens podemos concluir que a educação deve ser libertadora, com base no diálogo, o que humaniza o ser humano como nos afirma Paulo Freire:

O diálogo não é um produto histórico, é a própria “historicização”. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se a si mesmo num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesmo é comunicar-

se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (FREIRE, 1987, p. 16)

Atualmente o pensamento de Paulo Freire ganha força pois a opressão aparece de diversas maneiras, na forma de racismo, homofobia, segregação. A nossa tarefa enquanto educadores é de lutar por um país com menos pobreza e desigualdade social, oferecendo uma educação de qualidade para todos, respeitando as diferentes culturas dos negros e dos índios.

Paulo Freire, assim, nos mostra a necessidade de nós, educadores e educadoras, termos a “rebeldia” necessária para compreender as estruturas opressoras de nossa sociedade, numa perspectiva macro, e as práticas bancárias em nosso cotidiano, e rebeldia também para romper com essa realidade, em um mundo cada vez mais opressor, mais desigual. (LEITE; OLIVEIRA, 2012, p. 54)

A primeira imagem Cidadania, uma luta de todos apresenta situações evidentes de exclusão e desrespeito aos direitos mais básicos. E é através dessas imagens presentes no livro didático que temos que reforçar a ideia de que a cidadania é um processo de lutas e conquistas e envolve a vida de todos e que todos temos direito à uma vida digna.

Cotidianamente as pessoas mais pobres, acabam vivenciando uma diversidade de situações em que seus direitos são desrespeitados, a exclusão social acontece diariamente.

Educadores devem trabalhar para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. A erradicação da pobreza, do analfabetismo e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais; o combate à discriminação e ao preconceito, tudo isso pode ser trabalhado com imagens presentes no livro didático, com uma única imagem conseguimos abordar diversos assuntos. Por isso devemos ter livros didáticos de qualidade que deem mais ênfase as questões da pobreza e da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de; BORELLA, Regina Nogueira. **Ligados.com História**. São Paulo: Saraiva, 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, dez. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301999000300008>>. Acesso em: 01 out. 2016.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos**. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Dissertação (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livros didáticos entre textos e imagens**. IN: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2006.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2011. p. 4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 04 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Direitos indígenas na constituição da república federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: MEC, Secad, [19--?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/cf.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2016.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena. In: _____ . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13448&Itemid>. Acesso em: 15 set. 2016.

FIORIN, Jose Luiz. **Linguagem e ideologia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15.ed. São Paulo: Paz e Terra, 200.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais: elementos para uma análise marxista**. Trad. de 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Livros didáticos de história: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural**. IN: Série: o livro didático em questão. Salto para o futuro. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Comunicação, (08/05/ 2006-12/05/2006).

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Editora Pontes, 1990.

PINTO, R.P. **O livro didático e a democratização da escola**. São Paulo, 1981. Dissert. (mest.) FFLCH/USP.

PINTO, R.P. E MYASAKI, N. **A escola e a questão da pluralidade étnica**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (55):3-17, nov-, 1985.

Vídeos

DITADURA criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas. Brasil: Agência Pública, 2013. (15 min). Disponível em: <<http://apublica.org/2013/06/ditadura-criou-cadeias-para-indios-trabalhos-forcados-torturas/>>. Acesso em: 6 out. 2016.

EDUCAÇÃO escolar quilombola: palestra professora Nilma. São Paulo: Núcleo de Vídeo SP, 2013. 1 vídeo (14,41 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MDhbq-NMpAI>>. Acesso em: 15 set. 2016.

EDUCAÇÃO indígena. Direção: Vicente Guerra. Brasil: TV Escola; Grupo Conspiração; TV Cultura, 2009. 1 documentário (47,22 min). (Série Caminhos da escola). Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video?idItem=5838>>. Acesso em: 5 set. 2016.

EDUCAÇÃO indígena. Direção: Vanessa Bandeira. Brasil: TV UFG, 2014. 1 vídeo (1, 45 min). (Programa Ei! Ciência). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oykHYG4aNmg>>. Acesso em: 2 set. 2014.

EDUCAÇÃO quilombola. Direção: Vicente Guerra. Brasil: TV Escola; Grupo Conspiração; TV Cultura, 2009. 1 documentário (46,59 min). (Série Caminhos da escola). Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/video?idItem=6314>>. Acesso em: 20 out. 2016.